

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.538 - MG (2019/0209138-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : T M (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. LESÃO CORPORAL E AMEAÇA CONTRA EX-CÔNJUGE. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO. DELITOS IMPUTADOS PUNÍVEIS COM DETENÇÃO. PROIBIÇÃO DE EXCESSO. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por T. M. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no HC n.º 1.0000.19.049534-1/000.

Colhe-se dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante por supostamente ter incorrido nas condutas previstas no art. 129, § 9.º, c.c. o art. 61, inciso I; e art. 147, *caput*, c.c. o art. 61, incisos I e II, alínea *f*, ambos do Código Penal. **A medida pré-cautelara foi convertida em prisão preventiva no dia 30/04/2019** (fls. 38-41).

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, cuja ordem foi denegada (fls. 96-101).

No presente recurso ordinário, argumenta que a "*prisão preventiva é sempre residual, só sendo cabida quando todas outras medidas cautelares forem inidôneas, nos termos do artigo 282, §6º, Código de Processo Penal*" (fl. 111).

Pleiteia, inclusive em liminar, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi indeferido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (fls. 119-120).

As informações foram prestadas pelo Juiz de primeiro grau às fls. 125-127, e pelo Tribunal *a quo* às fls. 122-124, acompanhadas de documentos.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso ordinário em *habeas corpus*, em parecer que recebeu a seguinte ementa (fl. 130):

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. AMEAÇA. LESÃO CORPORAL. DELITOS COMETIDOS, EM TESE, CONTRA EX-CÔNJUGE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA, À LUZ DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. REITERAÇÃO DELITIVA. PARECER PELO IMPROVIMENTO."

É o relatório. Decido.

Na hipótese em apreço, o Juiz de primeiro grau – no que fora ratificado pela Corte local – decretou a prisão preventiva do Paciente sob a seguinte fundamentação (fl. 39; sem grifos no original):

"Ao lado disso, nos termos do disposto no art. 313, II, do Diploma Adjetivo Penal, presentes os requisitos previstos no art. 312 do mesmo diploma legal, admite-se a prisão cautelar quando o indivíduo tiver sido condenado por outro crime doloso, com a sentença transitada em julgado – hipótese vertente, como se depreende da CAC constante dos autos."

Não se pode ignorar que um dos vetores em que se decompõe o princípio da proporcionalidade – proporcionalidade em sentido estrito –, impõe que, de um lado, há a proibição de proteção deficiente. Por outro lado, todavia, há a vedação ao excesso.

Na espécie, embora a medida aplicada (prisão preventiva) seja adequada para o fim desejado (evitar reiteração delitiva), **mostra-se excessiva, considerando que o Recorrente está segregado há quase 1 (um) ano pela suposta prática de delitos puníveis com detenção** (lesão corporal e ameaça). Isto é, mostra-se desproporcional a medida extrema.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*, cito os seguintes precedentes:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. NÃO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. PROPORCIONALIDADE. EXCESSO DE PRAZO. RECURSO PROVIDO.

1. É possível a prisão preventiva nos crimes que possuam pena máxima inferior a 4 anos, na hipótese de reincidência em crime doloso ou para garantir a execução de medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, enfermo ou pessoa com deficiência (art. 313, III, do CPP).

2. Nas situações de violência doméstica, nos delitos cuja pena máxima é inferior a 4 anos, o STJ admite a prisão preventiva se houver o descumprimento de medidas protetivas. Precedente.

3. *Em que pese a referência ao fato de o recorrente possuir apontamentos relativos aos crimes de lesão corporal e furto qualificado, além de anterior imposição de três medidas protetivas em favor da vítima, não há comprovação de que tenha sido descumprida medida protetiva então vigente, de forma a se adequar ao entendimento referido.*

4. *Das três medidas indicadas no decreto, duas delas constam como baixadas nos anos de 2011 e 2017 e a terceira foi imposta no dia do flagrante ora em discussão, 17/10/2018. As outras duas intercorrências criminais – lesão corporal e furto qualificado – tiveram a punibilidade extinta pela decadência e pela prescrição da pretensão punitiva, respectivamente, e não são aptas a caracterizar a reincidência em crime doloso.*

5. *Além disso, a prisão tornou-se excessiva, uma vez que o insurgente, acusado do crime de ameaça, cuja pena máxima é de detenção de 1 a 6 meses ou multa, está encarcerado preventivamente há cerca de 4 meses, o que, à luz da provável imputação, mostra ser desproporcional a manutenção do cárcere.*

6. *Recurso ordinário provido para revogar a prisão preventiva imposta ao recorrente, ressalvada a possibilidade de o juízo de primeira instância decretá-la novamente se presentes as hipóteses do art. 20, parágrafo único, da Lei n. n. 11.340/2006." (RHC 108.748/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 14/05/2019; sem grifos no original.)*

"[...]

2. *Não se pode ignorar que a prisão preventiva somente será decretada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar e quando realmente se mostre necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente, consoante exegese do art. 282, incisos I e II, c.c. o § 6.º, do Código de Processo Penal.*

3. *Além do mais, é certo que um dos vetores em que se decompõe o princípio da proporcionalidade – proporcionalidade em sentido estrito -, impõe que, de um lado, há a proibição de proteção deficiente, por outro lado, todavia, há uma proibição de excesso; como na espécie, em que o Juízo de primeiro grau justificou a cautelaridade com base em notícia de que, enquanto adolescente, o Paciente teria se envolvido em ato infracional análogo ao tráfico de drogas (a par de ausente documentação a respeito).*

4. *Ordem de habeas corpus concedida para revogar a prisão preventiva do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente, a demonstrar a necessidade da medida, ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada." (HC 529.297/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/03/2020, DJe 16/03/2020; sem grifos no original.)*

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, CONCEDO A ORDEM de *habeas corpus* para que o Paciente aguarde a tramitação do processo-crime em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de outras medidas alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora